

Cadernos Culturais

N.º 2 - SETEMBRO DE 1989

O Padre Francisco Nunes
da Silva (1790-1869)
nas origens do Movimento
Operário de Santarém

JOÃO CARLOS BRIGOLA



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DIVISÃO DE CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES

JOÃO CARLOS BRIGOLA

João Brigola

O Padre Francisco Nunes da Silva (1790-1869) nas origens do Movimento Operário de Santarém



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM — 1989
DIVISÃO DE CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES

ÍNDICE

Nota de apresentação	5
1. O culto operário a um Padre — contornos de um problema	8
2. De S. João Evangelista do Alfange a S. Julião do Pereiro — um percurso (quase) ignorado.	12
3. O Montepio Artístico e o Testamento — dois traços coerentes de uma atitude.	17
4. A memória perdura: o associativismo operário e a festa do tra- balho	27
5. Socialista, ou apenas um Padre... que o souber ser?	34

Apêndice Documental

I. Certidão de Óbito	41
II. Testamento cerrado.	42
III. Codicilo ao Testamento	44
IV. Primeira referência, na Imprensa, a um beneficiário	46
V. Passeio de recreio a Santarém, em 1898	47
VI. 600 excursionistas	47
VII. O primeiro 1.º de Maio.	49
VIII. A gratidão no último ano do século	50
IX. O cortejo operário de 1900	51
X. Os vereadores incomodados	54
XI. Excursão a Santarém	54
XII. Crítica aos mestres e encarregados	55
XIII. O cortejo de 1901	57
XIV. A Associação de Classes Nunes da Silva	60
XV. O 1.º de Maio não é festivo, é de protesto	60
XVI. Operariado de Lisboa apoia a Associação	63
XVII. A Associação e a festa do trabalho	64
XVIII. Operariado de Lisboa agradece a recepção	65
XIX. Bom padre e verdadeiro socialista	67
XX. O 1.º de Maio de 1903	67
XXI. Flores viçosas em profusão	68
XXII. Coroa de bronze no jazigo	69
XXIII. O Jornal dos Jesuítas fala em caridade	70

XXIV. Antífese de outros sacerdotes	70
XXV. Luzidio cortejo em 1917	71
XXVI. A Páscoa da religião socialista	72
XXVII. Nota anti-clerical	73
XXVIII. Um jornal socialista em 1918	73
XXIX. A inauguração do busto	75
XXX. Poema de Salazar Moscozo	76
XXXI. O 1.º de Maio de 1919	78
XXXII. A ironia em 1925	78
XXXIII. O P.de Chiquito anti-miguelista	79
XXXIV. O último 1.º de Maio	80
XXXV. Ainda um Eco em 1931	81
XXXVI. A memória perdura	82

Nota de Apresentação

Em coerência com os objectivos propostos no Editorial do primeiro número destes Cadernos*, apresentamos ao leitor, interessado na divulgação da História Local, a figura e a obra de uma das mais apaixonantes personalidades do oitocentismo scalabitano — o Pde. Chiquito.

Nome mais conhecido do que verdadeiramente estudado, entraria no imaginário colectivo da urbe que o viu nascer e morrer, por via da apropriação e construção social da memória que dela fez o movimento operário de finais do século.

Estudos recentes efectuados pelo Prof. Doutor Fernando Catroga, da Universidade de Coimbra, vieram revelar que o caso Chiquito não só não é único em todo o país, como antes se integra num fenómeno global suficientemente documentado e registado noutras cidades.

Eclesiásticos ou civis, beneméritos e filantropos emprestaram ao operariado o pretexto cimentador da consciência de classe possível. Reverso de um país oficial, juridicamente insensível e socialmente injusto, estas personalidades foram, ao tempo, a face visível da almejada, mas inatingível, justiça distributiva.

Ficou por estabelecer a presumível filiação ideológica do Prior de S. Julião no catolicismo liberal e nos socialismos católico e utópico — correntes doutrinárias que atravessaram fronteiras e que tiveram os seus cultores entre nós. A ausência de fontes escritas credíveis aconselham, porém, alguma prudência.

Somos, de todo o modo, sensíveis ao reparo feito a um certo "biografismo" intelectual demasiado centrado nos sujeitos individuais e que não insiste suficientemente na perspectiva de uma crítica ideológica com referência ao seu contexto.

Futuras investigações de cariz sócio-económico poderão, noutra ver-

* A Tomada de Santarém segundo Cristovam Ayres. Cadernos Culturais, N.º 1, Março de 1989.

tente, produzir novas e fecundas explicações sobre a origem de tão surpreendente quanto misterioso processo de enriquecimento do filho do humilde sapateiro de Alfange.

O texto que a seguir se introduz serviu, originariamente, como investigação orientada pelo Prof. Doutor Almeida Policarpo, no âmbito do Mestrado em História Cultural e Política, no ano de 1987.

Ao Professor Almeida Policarpo, que nos abriu horizontes para a fundamental articulação entre "Questão Social" e "Questão Religiosa" no estudo da sociedade liberal de oitocentos, o nosso mais vivo reconhecimento.

Foram igualmente decisivos os contributos prestados pelas Direcções da Sociedade Recreativa Operária e do jornal "Correio do Ribatejo"; pelo Secretário do Lar de St.º António, Sr. Joaquim Lopes e pelos Srs. Bertino Martins, Joaquim Serrão, Dr. Martinho da Silva, P.ºe Fernando Campos e José Manuel Rodrigues Paula que é o autor das fotografias. A todos o nosso agradecimento.

A bibliografia utilizada é, no essencial, a que vem citada nas Notas e no Apêndice Documental.

Santarém, Julho 1989

“O dissecador de cadáveres, exercendo a sua missão e o seu estudo para conhecer mais dos vivos do que dos mortos, não é um necrofilista, é um benemérito.

Retalha-se a carne morta para curar os tecidos vivos. Morto um facto histórico, arruinado um monumento, extinta uma função social, o trabalho do investigador, e depois o do divulgador, não é senão em benefício do facto, da função ou do monumento vivos, à parte a matéria de beleza que acumula e os efeitos de arte que conseguem”.

Matos Sequeira

(in Prefácio a A. Areosa Feio, *Santarém, Princesa das Nossas Villas*, 1929)

“A História Local e Regional é praticamente tão velha quanto a historiografia portuguesa, porque não há história geral sem história local. (...) De resto, é importante ter em conta que a História Local e Regional deve ser considerada como elemento dinamizador ao serviço das regiões e das instituições de ensino e de cultura ali implantadas”.

Lúís Reis Torgal

(in “Revista de História das Ideias”, 1987)

1. O culto operário a um Padre — contornos de um problema.

O caso da veneração do operariado de Santarém ao Padre Francisco Nunes da Silva parece sublinhar exemplarmente a análise de Lucien Goldmann: "(...) acontece que os indivíduos excepcionais exprimem melhor e de uma forma mais precisa e consciência colectiva do que os outros membros do grupo o que, em consequência, obriga a rever a maneira tradicional dos historiadores colocarem o problema das relações entre o indivíduo e a sociedade."¹

A excepcionalidade desta figura eclesiástica começa a desenhar-se quando damos conta de que, contrariamente ao suposto por muitos, o Padre Chiquito² morrendo em 1869 não é contemporâneo nem do movimento socialista organizado, nem do movimento social católico. Com efeito, a fundação do Partido Socialista Português data de 10 de Janeiro de 1875 e o lançamento do primeiro Círculo Católico de Operários faz-se no Porto em 9 de Junho de 1898.

Reforçaremos ainda esta excepcionalidade se recordarmos que a primeira encíclica papal a reconhecer a grave existência de uma "questão social" e não já apenas de uma "questão moral" é a *Rerum Novarum*, publicada por Leão XIII, em 15 de Maio de 1891.

Culminando décadas de debates internos e escandalizando sectores importantes da Igreja, a encíclica leonina reconhece e descreve a miséria operária e insiste na sua rápida resolução: "os pobres encontram-se numa situação de infortúnio e de miséria imerecida".

Ora, o problema que temos em mãos é este: mesmo que interpretemos o Testamento do Padre Chiquito, já preocupado com a miséria imerecida do pobre operário, como o corolário lógico da vida de um Padre que o soubera ser, fica por explicar a leitura posterior que dele se fez — gesto de matiz socialista, alimento fundador e mitificador do nascente movimento operário de Santarém. Dito de outro modo: que complexo de

1 — Cfr. Lucien Goldmann, *Le Dieu Caché*, Paris, Galimard, 1959, p. 27

2 — Sg. a tradição oral, "Chiquito" teria sido uma alcunha herdada do pai, sapateiro de profissão, conhecido por se dedicar à manufactura de sapatos de criança — os "chiquitos".

factores explicará o estranho fenómeno de um Pároco oitocentista eleito patrono do operariado de uma cidade, cuja Imprensa reflete um incon-tido anti-clericalismo maçónico?

Muito embora aqui estivesse sediado o primeiro Seminário Maior, ligado ao Patriarcado de Lisboa, o Clero de Santarém não foge à caracterização geral que dele faz M. Braga da Cruz³ para a segunda metade do século passado — a incultura e o obscurantismo graçavam no baixo clero sendo os padres objecto de crescente desprestígio social, quando não mesmo de desprezo.

Isto mesmo pudemos repetidamente comprovar pela leitura da Imprensa. Citamos, a título exemplificativo, a denúncia feita pelo "O Scalabitano" de 14 de Maio de 1857: "Consta-nos que o Prior da Freguesia da Várzea leva 480 réis pelos atestados de pobreza que passa para isenção do serviço militar. Que lei autorizará este pastor para assim tosquiar suas ovelhas?" ou ainda "O Eclético" de 15 de Maio de 1875 quando, depois de louvar um gesto de bondade "rara num padre" conclui: "louvor pois ao sr. Padre António Pedro que, a nosso ver e no da opinião geral, existe ainda para modelo dessa ampla classe que seria muito mais querida e respeitada se, em lugar de se esquecer da sublimidade do seu ministério, desse o exémpio daquelas virtudes, cuja teoria há dezanove séculos sustenta sobranceira e potente a religião de Jesus".

As virtudes, que não seriam respeitadas pelos padres, aparecem identificadas invariavelmente, nas locais dos periódicos, com os pecados da gula e da luxúria; pecados tornados possível por uma educação que isolava do século os jovens seminaristas, levando grande parte deles ao abandono dos estudos.⁴

Para o fim de oitocentos, os jornais noticiam com relevo os casamentos civis que, em número crescente, se fazem à revelia da Igreja

3 — Cfr. Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, Gabinete de Investigações Sociais, 1980, p. 53.

4 — Cfr. Manuel Xavier Pinto Homem, *Relatório Geral da Administração do Seminário Patriarcal em Santarém*, Coimbra, Imprensa Litterária, 1880, p. 19.

e chegam mesmo a publicitar reuniões de inspiração maçónica de que é exemplo o comício anti-jesuitico de Julho de 1888⁵.

Curiosamente, o documento mais fidedigno e insuspeito na narrativa das dificuldades sentidas pelo Clero em Santarém é de origem eclesiástica. Trata-se do Relatório da Administração do Seminário, dado à estampa em 1880, pelo Reitor Dr. Manuel Xavier Pinto Homem⁶. -Aí se refere aos jornais como "periódicos de dez réis, com locais saturadas de insinuações pérfidas e caluniosas"⁷.

O anti-clericalismo dos santarenos iria mesmo ao ponto de "a peito descoberto e sem reboço se clamar nos cafés, nas grandes reuniões e até nalguns documentos oficiais"⁸ contra a Administração do Seminário Patriarcal. Quando em 1871, ainda em Lisboa, se prepara para ocupar o seu cargo de Reitor, o Dr. Pinto Homem é avisado por um amigo, antigo professor em Santarém "se na disciplina e costumes dos seminaristas quer fazer alguma coisa, lance primeiro fogo no edifício, mande picar as paredes e chame gente toda nova!"⁹. Os tempos iam, pois, difíceis para o exercício de cargos eclesiásticos na cidade de Santarém...

Para o novo Reitor fácil foi, porém, encontrar a origem contaminadora de todos estes males: "refiro-me ao Liceu público, onde os seminaristas frequentavam simultaneamente as aulas dos preparatórios com os alunos externos: era ali que bebiam a grandes tragos a corrupção dos costumes, a perversidade de ideais, o ódio ao clero, e tudo quanto há de mau, o que os alunos externos lhes exemplificavam constantemente"¹⁰. "Ali se lhes torna odioso o Padre; ali se lhes inspira desdém e desprezo pelas cousas da Igreja; ali se lhes inocula o indiferentismo por tudo quanto

5 — Cfr. "Jornal de Santarém", 22 de Julho de 1888.

6 — Cfr. Manuel Xavier Pinto Homem, *ob. cit.*

7 — Cfr. M. Xavier Pinto Homem, *ob. cit.*, p. 3

8 — Cfr. M. Xavier Pinto Homem, *ob. cit.*, p. 4

9 — Cfr. M. Xavier Pinto Homem, *ob. cit.*, p. 6

10 — Cfr. M. Xavier Pinto Homem, *ob. cit.*, p. 8

RELATORIO GERAL

DA

ADMINISTRAÇÃO DO SEMINARIO PATRIARCAL

EM

SANTAREM

COMPREHENDENDO NOVE ANOS ECONOMICOS
 DECORRIDOS DO 1.º D'OUTUBRO DE 1871 A 31 DE JULHO DE 1880
 SOB A GERENCIA DO RITOR

AMUEL XAVIER RINTO XOMEM

COIMBRA
 IMPRENSA LITÉRARIA
 1880

Foto n.º 1 *Folha de rosto do Relatório da Administração do Seminário de Santarém (1880).*
(Colecção particular do Dr. Martinho da Silva)



Foto n.º 2 *Lápide que assinala a casa onde nasceu Francisco Nunes da Silva, no Bairro do Alfange.*

é da Igreja; ali se lhes subministra o livro ímpio e obsceno; ali finalmente se lhes ensina a prática de todos os vícios".¹¹

Pensamos ter deixado aclarados os contornos do problema, que foi o nosso ponto de partida: só uma figura excepcional como o Padre Chiquito, membro de uma classe tão desprezada, poderia ter marcado com a sua memória a história do movimento operário de Santarém.

2. De S. João Evangelista do Alfange a S. Julião do Perelro — um percurso (quase) ignorado

É tempo de registarmos o pouco que conhecemos da biografia deste homem que mudou o destino de outros homens.

Nasce em 1790, em S. João Evangelista do Alfange, uma das treze freguesias da Vila de Santarém, filho legítimo de Ventura da Silva, oficial sapateiro, e de Rita Joaquina ocupada no governo de sua casa, dos quais se ignora a naturalidade. Sabemos, pelo seu Testamento, que teve três irmãs seguindo a vida conventual e à data já falecidas¹².

Não nos foi possível documentar a passagem do jovem estudante pelo Seminário de Santarém, já que o Arquivo da Secretaria se terá perdido para sempre, durante os atribulados anos das guerras liberais, estando o Seminário fechado por imposição do governo, entre 1834 e 1853¹³.

11 — Idem, p. 9 e Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 172 "Havia muito que a Igreja perdera o controlo ideológico da educação, com a laicização do ensino. O efeito desse ensino secularizado de há muito também que se fazia sentir, agudizando a incompatibilidade, introduzida pelo racionalismo, entre a crença religiosa e a ciência experimental nascente, entre a fé e a crítica moderna".

12 — Cfr. *Testamento cerrado* (12 de Novembro de 1867) in Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.) "2. Rogo por Caridade à minha Respeitável Irmandade dos Clérigos Pobres se encarregue do meu enterro (...) peça ao Irmão Mordomo por muito favor mande dizer as missas que estiverem por derrisar no livro da Irmandade (...) pela minha alma, de meu Pai, de minha Mãe e das minhas três Irmãs religiosas (...)".

13 — Cfr. A. D. de Castro e Souza, *Memória Histórica sobre a fundação e instituição do Real Collegio da invocação de Nossa Senhora da Conceição*, Lisboa, Typographia de Castro e Irmão, 1858, p. 10; e José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, Tomo II, 1872.

O projecto de Estatutos do Seminário Patriarcal de Santarém foi aprovado em 10 de Setembro de 1853.

O Seminário Patriarcal de Santarém foi o primeiro estabelecimento de ensino eclesiástico do país, estabelecido por Carta Régia de 20 de Janeiro de 1780, dada em Salvaterra de Magos pela Rainha D. Maria I. Tomou o título de Real Colégio da Invocação de Nossa Senhora da Conceição e teve como primeiro Reitor o Cónego José Caetano de Mesquita e Quadros e como Vice-Reitor o Dr. Bento José de Sousa Farinha, o qual como Reformador do Príncipe D. João fez aplicar no Colégio os Novos Estatutos, com todas as aulas a partir de 1796¹⁴.

Devido à ausência de estudos secundários oficiais (cuja instituição teria que aguardar a segunda metade do século seguinte), o Colégio funcionava também em regime de externato para os Porcionistas, alunos laicos, e em regime de internato para os Colegiais, que seguiriam a vida eclesiástica.

Pelo seu carácter de pioneirismo, pela estrutura curricular de Seminário Maior (onde o estudante entrava a fazer os estudos preparatórios secundários e saía clérigo secular), pelo número de alunos que movimentava (107 internos no 1.º ano de funcionamento, não contando com os externos em número variável), pela animação cultural da região (Santarém chega a ser apelidada de segunda Atenas), o Real Colégio de Santarém terá sido uma instituição prestigiada e respeitada nos primeiros anos do seu funcionamento.

Pela leitura da **Resenha dos Mestres**¹⁵ reconhecemos alguns nomes sonantes da religião, da ciência e da política do tempo. Destes se destaca, pela posterior projecção nacional, a figura de Cândido José Xavier Dias da Silva (1769-1833), docente de Humanidades, oficial das tropas napoleónicas, liberal emigrado, amigo íntimo de D. Pedro IV, viria a ocupar altos cargos públicos.

Será abusivo estabelecer uma relação unívoca entre este ambiente cultural e científico que rodeou o jovem colegial e a matriz humanística

14 — Cfr. A. D. de Castro e Souza, *ob. cit.*, p. 12

15 — Cfr. "Resenha dos Mestres, que houve no Real Collegio do Patriarchado desde o anno de 1793 até 1834" in *Memória Historica ...*, pp. 11-12.

das suas ideias? Terá sido no Seminário, dos primeiros anos do século XIX, no contacto com colegas e mestres, que terá adquirido o comprovado gosto pela leitura¹⁶ e a abertura intelectual e afectiva aos novos fenómenos sociais ou, mais tarde, no confronto Absolutismo-Liberalismo? Não o sabemos, até porque o mundo das ideias adquire uma relativa autonomia face às condições objectivas que rodeiam os sujeitos. Apenas podemos sublinhar a desinquietação que o miguelismo, dos anos 1829-1834, trouxe à Vila, a toda a sua população e ao seu Clero, em particular¹⁷. Desinquietação ideológica e política — em clima de guerra civil — que situou consciências, radicalizou doutrinas, acicatou cobardias e fortaleceu coragens.

A ser verdade o testemunho do "Jornal de Santarém" de 22 de Maio de 1926, o Padre Nunes da Silva escolheu, nesse confronto, o partido da coragem: "A Igreja de Marvila tem um magnífico painel que lhe foi oferecido por D. Miguel, tendo pregado, na festa da entrega, o Padre Chiquito, sermão que, segundo nota sua, lhe deu grandes desgostos por não elogiar o tirano". Deixamos registada esta versão novecentista de um Padre Chiquito liberal, muito embora nos seja difícil comprová-la com fontes coevas, até porque das "notas pessoais", referidas pelo jornal, não nos foi possível achar rasto.

Finda a Guerra Civil, vamos encontrá-lo ligado à Freguesia de S. Julião do Pereiro, mas não ainda Prior. Pelos finais do ano de 1834, e durante vários meses do ano seguinte, assume as funções de Prior Encomendado, por impedimento do Prior efectivo Padre Manuel José Esteves de Campos¹⁸. Só em 1844, após a morte deste, assume Nunes da Silva o cargo de Prior da Freguesia¹⁹.

16 — "Em um leilão, há pouco feito n'esta cidade, da mobília que fôra d'um padre chamado Francisco Nunes, vulgo Chiquito, encontraram-se muitos livros pertencentes à Bibliotheca do Seminário, que de certo lhe foram vendidos por quem os subtrahira" (*Relatório Geral...*, p. 27).

17 — "Com as dissensões políticas, o Seminário de Santarém entrou numa grave crise em 1829, até que de todo foi abandonado em 1834" (Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Livraria Civilização, Vol. III, 2.ª edição, 1970, p. 372).

18 — Cfr. Livro Misto (n.º 2) da Freguesia de S. Julião de Santarém (1750 a 1844), in A.N.T.T..

19 — Cfr. Livros de Baptismo (n.º 3 e 4) das Freguesias de S. Lourenço e de S. Julião (1804 a 1852), in A.N.T.T..

Em 1851, por provisão do Cardeal Patriarca D. Guilherme, as treze freguesias ficam reduzidas a quatro: Marvila, Salvador, S. Nicolau e Sta. Iria da Ribeira²⁰. No ano seguinte, são dados por encerrados os Livros da Freguesia, ficando englobados em Marvila os paroquianos das freguesias de S. Julião, S. Lourenço, S. Estêvão, S. Martinho, Santiago e Alcáçova, o que a transformou na mais importante paróquia do burgo.

Extinta a freguesia de que era Prior, continuou o Padre Chiquito a prestar a assistência religiosa às duas Igrejas do Bairro do Pereiro²¹. S. Julião e S. Lourenço. Pelas palavras que deixou escritas no Testamento, poderemos até deduzir que o terá feito até ao fim da vida "Deixò (...) ao Santo Hospital tudo que se me estiver devendo, ou provenha de empréstimos, rendas ou foros, tanto da minha casa, como das minhas Igrejas".

Em 1854, constituiu-se na Vila o Monte-Pio Artístico N.ª S.ª da Conceição. Da primeira Direcção não consta o nome de Francisco Nunes da Silva²² e ignoramos se alguma vez terá sido seu dirigente. Apenas pode-

20 — Cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, *A população de Santarém de 1740 a 1950* in "Ribatejo", n.º 5, 2.ª Série, Setembro 1954.

21 — Sobre a origem do nome *Pereiro* atribuído a este Bairro de Santarém, deixamos registadas duas versões: a de A. Areosa Feio, que segue a tradição, e a da Dr.ª Maria Ângela Beirante, que faz a sua crítica com base em fontes históricas.

"No Monte dos Capuchos tiveram um palácio os Duques de Bragança, no terreno que pertencera à condessa D. Brites Pereira, filha de Nun'Álvares e mulher do primeiro portador daquele título, D. Afonso, filho de D. João I.

O Monte, chamado, assim, da Pereira e depois simplesmente *Pereiro*, tomou o seu actual nome, que passou ao cemitério, do convento de frades arrábidos conhecidos por Capuchos de Sto. António, fundado ali em 1590".

(A. Areosa Feio, *Santarém, Princesa das nossas vilas*, Santarém, J. Cardoso da Silva, 1929)

"A partir de 1338, achamos referência ao *Pereiro*, à rua do *Pereiro* e ao arco do *Pereiro*.

Estas informações vêm alterar a explicação que tradicionalmente é aduzida para justificação do nome de *Pereiro* dado ao bairro do extremo sul da vila. Para a maioria dos estudiosos sobre Santarém, este topónimo teria tido a sua origem no apelido de D. Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira, que casou com o filho bastardo de D. João I, D. Afonso, conde de Barcelos e fundador da Casa de Bragança.

É impossível manter esta explicação tradicional, visto que o nome de *Pereiro* já estava consagrado muito antes de D. Beatriz ter nascido".

(Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 86-87).

22 — Cfr. Costa Goodolphim, *A associação*, Lisboa, Seara Nova, 2.ª edição, (1.ª edição, Imprensa Nacional, 1876), 1974, p. 181; e *Estatutos da Sociedade denominada Monte-Pio de N.ª S.ª da Conceição de Santarém*, Lisboa, 1859, p. 6.

A primeira Direcção tinha a seguinte constituição: Luís de Sá Pereira, Presidente; Francisco Joaquim de Faria, Vice-Presidente; José Maria d'Agular Júnior e José Faustino do Carmo, Secretários; Firmino de Paula Barradas, Tesoureiro; Manoel Pedro Petrone, Pedro Marques de Miranda, Constantino António Duarte e Manuel Ribeiro Pinto, Vogais.

mos comprovar que esta Associação lhe era muito querida e que dela era sócio: "Deixo ao Monte-Pio N.ª S.ª da Conceição, a que tenho a honra de pertencer, quatro acções do Banco de Portugal".

Faz Testamento em Novembro de 1867 e morre em 13 de Janeiro de 1869²³, na casa que habitava na Rua Direita, Freguesia de Marvila, sendo sepultado no Cemitério Público dos Capuchos.

3. O Montepio Artístico e o Testamento — dois traços coerentes de uma atitude

Sobre os dois últimos momentos da sua intervenção pessoal: a condição de sócio do Montepio e a redacção do Testamento, nos deteremos para uma, ainda que breve, reflexão.

A criação de um Montepio, em 1854, o primeiro em todo o Distrito de Santarém, não deixou indiferente o Padre Chiquito. A adesão à organização e, naturalmente, aos seus princípios, foi ao ponto de, não só lhe doar avultada quantia, mas também deixar à sua Direcção a execução testamentária. Por isso mesmo, da explicitação dos princípios orientadores deste Mutualismo poderá resultar uma melhor compreensão dos parâmetros doutrinários e dos valores sociais que informaram o pensamento e a acção do nosso Presbítero secular.

As primeiras associações mutualistas adoptaram uma invocação religiosa, através de nomes de santos a cujo patrocínio se acolhem mas, já sem o menor carácter religioso²⁴.

Se exceptuarmos o nome de N.ª S.ª da Conceição (que aliás se perde para a designação corrente de Montepio Artístico) e a imagem da Virgem reproduzida nas primeiras páginas dos "Estatutos da Sociedade",

23 — Cfr. Livro de Óbitos de Marvila (1851-1872), fls. 41 e 41V, Assento n.º 2, 1869, in Arquivo Distrital de Santarém.

24 — Cfr. Domingos da Cruz, *A Mutualidade em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 13.

poderemos estar em presença de mais um caso de "implícita profanização ou secularização da vida social"²⁵.

A Direcção, maioritariamente operária, (por obrigação estatutária),²⁶ em significativo requerimento dirigido ao Rei, argumenta: "Esta criação é um resultado da Filosofia prática deste século; é um fructo da civilização promovida pelos Governos livres; e é um contraste admirável, que o espírito d'associação tem buscado oppor ao pauperismo e à miséria das classes inferiores da Sociedade, quando aos indivíduos faltam as forças, ou se acham impossibilitados de trabalhar; é a charidade regulada e posta em acção como dever civil"²⁷.

Onde faltava a Igreja e o Estado Liberal, surgia a grande ideia do Mutualismo profano e laico, incorporação das crescentes aspirações das massas operárias visando a instituição de um programa de protecção, de justiça e de reforma social²⁸.

Esta "militância social" não pode ser confundida com o pensamento social então dominante no catolicismo pré-leonino, já que este se movimenta "sob o signo da caridade, no âmbito de uma religião estabelecida nas instituições e fixada como ideologia (...) alimentada pela crença na fatalidade da miséria e na inalterabilidade das leis económicas"²⁹.

O Montepio Artístico viria a criar raízes no burgo — em 1876 contava já com 200 sócios — existindo nessa data mais três associações: o Montepio de Santarém, com 150 sócios; o Montepio de N.ª S.ª da Con-

25 — "A perda da hegemonia da Igreja saldara-se fundamentalmente por uma crescente desacralização da sociedade civil e do poder político e uma implícita profanização ou secularização da vida social" (Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 41).

26 — Cfr. *Estatutos da Sociedade...*, Capítulo VII, Artigo 51: "A eleição da Direcção nunca será válida, sem que na mesma Direcção entrem seis artistas".

O Montepio Artístico tinha uma Orquestra, a Filarmónica Marcial dos Artistas. Cfr. Jorge Custódio, "As linhas de força da História Social de Santarém no séc. XIX" in *Santarém — A Cidade e os Homens*, Santarém, Junta Distrital de Santarém, 1977, p. 44.

27 — Cfr. *Estatutos da Sociedade...*, pp. 5 e 6.

28 — Cfr. J. F. de Almeida Policarpo, *O Pensamento Social do Grupo Católico de "A Palavra" (1872-1913)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Vol. I, 1977, pp. 63.

29 — Cfr. J. F. de Almeida Policarpo, *ob. cit.*, p. 31

ceição da Ribeira, com 100 sócios; o Montepio de N.^a S.^a do Carmo, com 160 sócios.

No resto do Distrito encontravam-se constituídas mais sete associações distribuídas por: Abrantes (com o maior número — 690); Alpiarça; Chamusca; Salvaterra; Tomar (com dois montepios) e Torres Novas.³⁰

O surto do movimento associativo parece ligar-se a outros fenómenos seus contemporâneos: crescimento urbano, construções ferroviárias, divulgação crescente da Imprensa, maior difusão de ideias e, acima de tudo, os melhoramentos materiais fontistas que originaram o crescimento operário e o surgir de novas profissões assalariadas nos grandes centros urbanos.³¹

Se associarmos a adesão pública do Padre Chiquito ao ideal mutualista com as disposições testamentárias, a favor da depauperada classe artística, teremos menor dificuldade em entender a suposta contaminação socialista dos seus ideais (conforme lhe virá a ser atribuído pelo movimento operário de finais de século).

O Testamento ocupa largamente o imaginário que de Nunes da Silva se foi construindo.

Em 12 de Novembro de 1867, escreveu-o na sua forma mais divulgada, que é o Testamento cerrado, mas só no Natal de 1868 haveria de torná-lo público, na presença de tabelião e testemunhas. Nesta versão, introduz algumas alterações, nomeadamente a que faz da Direcção do Montepio executante das disposições e a que modifica a nomeação do testamenteiro³².

Começa por se considerar bom e obediente católico e nessa conformidade diz esperar a salvação. Encarrega a Irmandade dos Clérigos Pobres, a que pertencia, do seu enterro, assim como do cumprimento de dizer as missas que estivessem por “derriscar” no Livro da Irmandade.

30 — Cfr. Costa Goodolphim, *ob. cit.*, p. 181

31 — Cfr. Prefácio de César Oliveira a Costa Goodolphim, *ob. cit.*, pp. 17 e 18.

32 — Cfr. *Codex do Testamento*, 25 de Dezembro de 1868, in A.N.T.T.



Foto n.º 5 Reprodução da imagem de N.ª Sr.ª da Conceição, patrono do Montepio Artístico, e folha de rosto dos Estatutos.
(B. M. S.)

Associações no distrito de Santarém

Terras	Associações	Fundação	Número de sócios
Abrantes	Sociedade Filantrópica Abrantina	1856	690
Alpiarça	Montepio de N.ª S.ª do Rosário	1872	50
Chamusca	Montepio Artístico de S. Brás	1873	60
Salvaterra	Montepio do Senhor Jesus das Almas ..	1872	100
	Montepio Artístico	1854	200
Santarém	Montepio de Santarém (Bairro Alto) ...	1859	150
	Montepio Geral de N.ª S.ª do Carmo ...	1870	160
	Montepio de N.ª S.ª da Conceição da Ribeira	1863	100
Tomar	Montepio de N.ª S.ª da Piedade	1858	180
	Montepio de N.ª S.ª da Conceição	1862	100
Torres Novas .	Montepio de N.ª S.ª da Nazaré	1862	130

Foto n.º 6 Quadro inserido na obra de Costa Godolphim, *A Associação* (1876).

Os parágrafos seguintes fazem o inventário de todos os seus bens, e é aqui que surge a surpresa: como foi possível a um Pároco de origens tão humildes, que só chega ao priorado aos cinquenta e quatro anos, amealhar tão considerável fortuna: uma horta; um casal; várias courelas; imensas casas de habitação; um quintal; domínios directos, com rendas, espalhados um pouco por todo o Concelho; pavilhão muito rico para Sacrário; empréstimos, rendas e foros das Igrejas; Papéis de Crédito (Acções do Banco de Portugal, da Companhia das Lezírias e da Companhia de Fiação e Tecidos), etc...

Estamos em crer, e essa é também a tradição oral, que estes bens têm origem em doações e em testamentos de proprietários sem herdeiros legais e que, desse modo, testemunhavam ao bondoso Padre quanto nele confiavam para a boa gestão material e espiritual dos seus bens terrenos³³.

Depois de pedir ao testamenteiro que, com o produto da venda de uma das propriedades rústicas, lhe mande fazer um mausoléu, passa àquela que é justamente considerada a atitude de maior significado e repercussão sociais: "Intendo que todo o homem nas minhas circunstâncias, isto é com alguns bens, e sem herdeiros obrigados, deve lembrar-se de melhorar a sorte dos pobres, o que faço da maneira seguinte: deixo (...) a todo o Homem Oficial (ofício mecânico) desta vila, que completar 65 anos, que juntar atestado de pobreza, bom comportamento e assiduidade ao trabalho, enquanto pode, passado pelo seu Reverendo Pároco respectivo, se abonarão da minha fazenda doze vinténs diários, enquanto viver" e acrescenta que se sobrasse algum dinheiro seria aplicado "no Azylo que está em projecto para esta vila"³⁴.

O primeiro legatário foi o sapateiro Francisco António Tarouco que

33 — Após a Convenção de Évora Monte, Joaquim António de Agular fez publicar, em finais de Maio de 1834, o famoso decreto da extinção e expropriação das ordens religiosas em Portugal. A nosso ver, este facto poderá ter contribuído para que os tradicionais "bens de mão morta", deixados a instituições religiosas fossem, a partir de então, para mãos mais "seguras", ao abrigo de expropriação. Mantinha-se, todavia, o espírito religioso, já que o contemplado era membro do Clero secular.

34 — Trata-se do Azylo de Sto. António. Em 15 de Fevereiro de 1867, constituiu-se uma Comissão, nomeada por Alvará do Governador Civil de Santarém, "a fim de promover a criação de um azylo de órfãos nesta villa". Foi fundado oficialmente em 1872.

o Montepio Artis-

Fundação	Número de sócios
1856	690
1872	50
1873	60
1872	100
1854	200
1859	150
1870	160
1863	100
1858	180
1862	100
1862	130

(1876).

recebeu a primeira mesada em Janeiro de 1883³⁵. Entre esta data e Dezembro de 1986 (data da última actualização do Livro de Registos do Azylo de St.º António)³⁶ pudemos estimar em cerca de 482 o número de operários contemplados com o legado, distribuídos por 40 ofícios diferentes. Muitas destas profissões encontram-se hoje em vias de extinção ou mesmo já inexistentes, como são exemplo as de: albardeiro, segeiro, odreiro ou esparteiro. Os oficiais mais representados são: os pedreiros, com 105, os carpinteiros, com 94, os sapateiros, com 88, os serralheiros, com 26, e os pintores, com 21.

Actualmente (1 de Outubro de 1987) encontram-se registados 78 legatários, recebendo mensalmente 720\$00³⁷.

Não tem sido pacífica a atribuição das pensões ao longo destes mais de cem anos. Contámos mais de vinte indeferimentos a pedidos, mas o número real é muito superior já que, a partir da década de setenta, se tomou como critério apenas registar os operários com processos já diferidos pela Direcção. Na base deste fenómeno, está em grande parte a dificuldade de interpretação do conceito de "oficial mecânico". Mas também, porque alguns legatários fizeram ouvir a sua voz de descontentamento pelos critérios de atribuição das pensões, chegando a funcionar uma comissão consultiva de dois operários³⁸.

35 — Cfr. Livro de Registro e Referências respeitantes aos legatários do Reverendo Francisco Nunes da Silva, in Arquivo do Lar de Sto. António.

A primeira pensão só foi atribuída em 1883, já que a habilitação à herança do Pde. F. N. da Silva se arrastou nos tribunais durante alguns anos. A decisão de atribuir a herança ao Azylo só foi publicada em 26 de Agosto de 1878, por sentença judicial do Tribunal de Santarém.

O atraso na atribuição das pensões também se ficou a dever ao arrastamento dos conflitos com o Estado que exigia o pagamento da contribuição de registo.

Cfr. "Correio do Ribatejo", 7 de Dezembro de 1968.

36 — O Azylo tomou a designação de Lar de Sto. António, a partir do ano de 1964.

37 — "Pelo Estatuto aprovado em 3 de Março de 1904 constituem o "Fundo do Azylo": 1.º O legado deixado por D. Antónia Genoveva Xavier da Costa Garcia; 2.º O legado deixado pelo vigário-geral e pároco de Marvila, António Joaquim Martins; 3.º O legado deixado pelo Reverendo Francisco Nunes da Silva; 4.º O legado deixado pelo Comendador Silvério Alves da Cunha; 5.º O legado deixado por Pedro António Monteiro; 6.º O legado deixado por Pedro Augusto de Carvalho" ("O Correio do Ribatejo", 15 de Junho de 1984).

Actualmente, as mensalidades são pagas com os juros provenientes de uma conta a prazo na Caixa Geral de Depósitos, aberta em 1971.

38 — Deliberação da Direcção do Lar, com data de 25 de Novembro de 1974. Cfr. "Correio do Ribatejo", 15 de Junho de 1984.

Foram entretanto consultados a Direcção Geral de Assistência, a Procuradoria-Geral da República, um advogado e um historiador³⁹. A resposta deste último, considerada a de maior valia técnica, assenta a sua argumentação na evolução do conceito desde os "mesteirais" do séc. XIV aos "operários industriais" do séc. XIX: "As disposições testamentárias do Padre Francisco Nunes da Silva mostram a dificuldade que existe em aplicar à vida moderna um esquema social, como o dos mesteres, com raízes na Idade Média (...) Pelo que se impõe afirmar: quaisquer outras actividades laborais, que viessem depois a surgir, não podem ser excluídas do quadro histórico em que se insere o trabalho manual e quem o exerce. (...) A expressão "oficial mecânico" deve entender-se como o operário de utilidade manual, que exerceu o seu labor durante anos, ao serviço da comunidade (...) e desprovido de meios (não forçosamente pobre ou indigente)"⁴⁰.

A polémica que durante mais de um século tem alimentado a interpretação das disposições do Padre Chiquito está longe de pertencer ao passado. Muito recentemente, a fogueira foi ateadada pela intervenção pública do antigo dirigente operário José António Pires, hoje com 83 anos.

Num conjunto de artigos, publicados na Imprensa,⁴¹ recorda as grandiosas festas de veneração ao "patrono do operário" (nas quais participou), em especial a de Maio de 1919. Refere-se com emoção e calor às disposições testamentárias e termina criticando as diversas Direcções do Lar de St.º António que as não têm correctamente interpretado, pelo que "de tais interpretações resulta que as abonações têm vindo a ser feitas a pessoas que nada têm a ver com o "ofício mecânico" ou se aproxime. Por tudo isto e porque tudo continua na mesma, em nome dos herdeiros designados pelo Padre Francisco Nunes da Silva, humildemente levanto a minha voz para protestar contra tais irregularidades".

Impõe-se-nos um comentário final, depois desta incursão a um mundo

39 — O advogado é o Dr. Rocha Souto e o historiador é o Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.

40 — A carta com o parecer técnico do Prof. Veríssimo Serrão tem a data de Dezembro de 1981.

41 — Cfr. "Correio do Ribatejo", 27 de Abril, 4 e 11 de Maio de 1984.

que, significativamente, sobrevive. O mundo do operário-artesão, "filho" do mesteiral medieval, o mundo da pequena oficina que não foi trágada pela fábrica industrial, da divisão do trabalho que não fragmentou especializações, o mundo algo altivo e aristocrático do artista mecânico, o mundo das raízes rurais que se não perderam, mas que adquiriram traços urbanos, o mundo dos valores e de uma cultura muito próprios: as associações de cultura e recreio, os grupos dramáticos, as bibliotecas, as palestras e os cursos nocturnos, os jornais, as filarmónicas e seus estandartes, os passeios ao campo e o excursionismo popular, etc. — é este mundo paulatinamente em "perdição" que, a nosso ver, ainda dá voz a estes velhos dirigentes operários. Mas é também a sobrevivência de esquemas mentais que se não coadunam com a solidariedade social dos Estados modernos.

Há, contudo, em tudo isto uma dimensão cristã a não menosprezar. Dimensão que, seguramente, informou a afectividade social do Prior de S. Julião. Isso mesmo o pressente, em expressões modelares, o velho operário J. A. Pires: "(...) a mensagem deixada pelo Padre Chiquito é sem dúvida uma mensagem cristã, pois, já nessa altura, ele "descobriu" que só há uma maneira de descobrir Deus: defendendo e protegendo os operários, força produtiva em qualquer país, mas homens oprimidos por uma sociedade injusta. Não se conhece um operário, sem com ele conviver num tu-cá-tu-lá que desmonte as defesas com que se guarda e abra as prisões que o constangem. É preciso acompanhá-lo na luta do seu viver quotidiano, ser um seu par também, enfim estar metido na sua "pele". E o Padre Chiquito não esqueceu tudo isso, o estava verdadeiramente, visto ser filho de um modesto "oficial" de sapateiro"⁴².

E aqui chegados somos tentados a lembrar (a propósito?) a expressão de Max Weber — "o catolicismo é uma religião de artesãos"⁴³.

Datas e referências			Suspensas e liquidações	Observa- ções
de pagamentos individuais	de cultura colectiva	de filarmónicas		
1900 26 janeiro 1902	21 janeiro 1912	1 junho 1912		Faltas
1911 24 janeiro 1912		2 julho 1912		Faltas
1915 6 junho 1916	1 junho 1916	16 junho 1916		Faltas
1916 2 julho 1916	1 agosto 1916	16 agosto 1916		Faltas
1919 11 março 1919	1 janeiro 1919	10 janeiro 1919		Faltas
1922 1 agosto 1922				Faltas
1926 13 março 1926	1 junho 1926	17 junho 1926		Faltas
1929 21 março 1929	1 março 1929	18 março 1929		Faltas

42 — Cfr. "Correio do Ribatejo", 11 de Maio de 1984.

43 — Cfr. Max Weber, *Sociologia da Religião*, Paris, Plon, Vol. I, p. 502.

EXCURSÃO A SANTAREM
 PROMOVIDA PELAS
SOCIAL (Cooperativa dos operários e chapeleiros)

Associação Instructiva e Beneficadora A OBRA
NO DIA 1 DE MAIO

COBERTO ESPECIAL
 Partida de Saída às 8 horas de manhã e regresso de Santarem, ao mesmo dia, às 8 de noite

A Associação Instructiva e Beneficadora A Obra, no intuito de melhorar se desenvolver para poder cumprir integralmente os seus fins, tem como objectivo principal, a associação e melhorar quanto possível o seu órgão, A Obra, acaba de projectar uma excursão à cidade de **SANTAREM**, a qual se deverá effectuar no dia 1 de Maio, com a Cooperativa dos chapeleiros, A Social.

Exatamente é conhecer a utilidade d'esta excursão, onde todos encontrarão margem para as suas aspirações.

Os excursionistas terão occasião de ver não só a bella e historica cidade de **SANTAREM**, mas os seus bonitos arredores e a bella paisagem que abrangem o Tejo, em poucos minutos os condões e bella villa de Almeirim, podendo observar os usos, costumes, tradições, etc., d'estes laboriosos povos.

Por esse processo, a Associação Instructiva e Beneficadora A Obra, compra o seu programma, reunindo o útil ao agradável: — útil o fim moralizador, instructivo e de fraternidade entre o povo trabalhador; — devesa agradável o passeio que se realisa e que dá lugar a que todos possam gozar um dia em verdadeira tranquillidade.

Uma coisa que torna facil a excursão é a forma de pagamento, por meio de quitação semanal, até a quantia de **300 REIS**, preço da dita bilhete.

E' assim possível ao povo operario, e não só a este como a todos os desprovidos de fortuna, verem o que até aqui era só privilegio de alguns.

A banda da **Sociedade Recreio Operario da Fabrica Portugal**, acompanhando os excursionistas.

AO Povo operario, especialmente, recomendamos esta excursão.

O que ha de mais importante para ver em Santarem

Templo da Graça. — Primitivo ao templo dos Agulinhos. Construido em 1715, no tempo de D. Fernando. E' hoje considerado monumento nacional. Fachada gothica de valor. Escrita no tempo de descobridor do Brazil, Pêro Alvaros Cabral, o seu fundador do convento, seculo d'Orçens e d'outros portuguezes.

Alameda sacro-catholico. — Instalado no antigo edificio de S. João de grande valor artistico e archeologico, possui o relliquiao do corpo de S. João de Alarcão, que morreu prisioneiro em Africa.

Monumento de S. Pedro e S. Paulo. — Simples e construido dos jesuitas. Ha que admirar as bella mozaicas da capella-mór da igreja e muitos trabalhos artisticos n'outros alturas.

Fonte de D. Luis. — Nobre o rio Tejo. Construido monumental com 1.384 metros, que é considerada a primeira do paiz, a terceira de Europa e a mais bonita do mundo em extensão. Termino praxico no chapel d'Almeirim, que é das melhores e mais bonitas do paiz, abrangendo as fertilissimas campos ribeiranas.

Templo das Chapeleiros. — Campanario bastante elevado e original, que se supõe construido no tempo de D. Manuel. De cima da capella difunde-se um bello panorama da cidade.

Conceito d'agricultura. — E' onde se ministra instructivo aos individuos que se destinam a regalias agricolas. E' digna de visita.

Fortes do Rio. — Incomparavel ponto de vista, com a fortificação de S. João de Almeida em diversos pontos, abrangendo o valle do Tejo, as obreras campos de Santarem, Alparai, Diamante e Alcanhões. Esta fortificação não tem rival no paiz e foi fundada pelo capitão, ultimamente. A planície foi convertida em parque, restaurado as aguas e urbanisadas as barreiras.

Campesinas. — Campo Santo, onde repousam os restos de S. da Basílica, S. Manuel, visconde da Serra da Fila, barão d'Almeirim, etc.

Praça da Ribeira e o valle do Rosário. Foi o ponto de partida beneficencia.

Fortes de Almeida. — Restos dos soldados condemnados pelos tribunales militares. Foi utilizado para penitencia districtal e é um edificio amplo, terminando por uma elevada capella octagonal. Proximo d'este edificio ha o Monte Cravo, ponto de vista digno de ser visto, pela variedade das paisagens que d'alli se goza.

Conceito de S. João de Almeida. — Instalado nos antigos conventos de S. Francisco e Trindade. Ha igreja de penitencia d'estes conventos existem ainda magnificas obras de architectura.

Escal. empolico de S. Pedro. — Humilde construido por D. Afonso VI, em 1084, em convento das vicinas terras paiz portuguezes contra os castelhanos.

Convento de Santa Clara. — Fundado por D. Afonso III. Celebre pelas almas celestias que ali se habitam.

Conceito de S. João de Almeida. — Instalado no antigo convento de Jesus de S. João. Possui um vasto templo onde se admitem obras de taes de muito valor e um bello jardim, magnificamente conservado.

Alameda de S. João de Almeida. — Atope. Onde está aliada a magnifica paisagem de Valle de Lobos, antiga villa de Alexandre Heróclima. Paiz de S. João de Almeida, construido por Almeida Górriz nas viagens na guerra contra Portugal de Valle, ha a Bandeira Nacional, que se recommenda a todos os forasteiros.

Alameda de S. João de Almeida. — Grande campo de villosas, Almeida é villa bastante bonita, por se terem ali o convento de S. João de Almeida, o qual foi fundado por D. Henrique, que n'ella se ficou. O paiz foi ha anos devotado, e o nome. Por isso, que hoje possui um estabelecimento literario. Possui. A dita villa de Santarem. Antiga villa, onde se situam as cascatas do Alentejo.

Os bilhetes podem ser requisitados aos nossos distribuidores, e estão à venda na sede da Social, praça dos Restauradores, 18; n.º 4 Obra, rua da Barroca, 3; kiosque Elegante, no Rocio; tabacaria Vozes, rua do Rocio; Caixa Economica Operaria, rua da Infancia; A Graça, Rua da Parfums, Cidada, 28 e 30; Tabacaria, rua dos Foyes de S. Bento, 404; Barbeiro, rua da Ribeira Nova, 12; e Relojaria, Campo das Cebolas, 2.

Foto n.º 9 Anúncio inserido no jornal "A Obra" divulgando o programa de visita a Santarém, por ocasião do 1.º de Maio de 1902.

4. A memória perdura: o associativismo operário e a festa do trabalho.

A primeira vez que, em Santarém, se comemorou o 1.º de Maio, foi em 1898, uma década após a resolução histórica do Congresso de Paris (1889). Por detrás desta manifestação, detectamos o impulso e a experiência organizativa dos operários de Lisboa.

Uma excursão de 600 elementos chega à cidade (respondendo ao apelo dos jornais "A Obra" e "O Chapeleiro") em comboio fretado pela Cooperativa "A Social".

Desde logo, é possível verificar que a gratidão ao Padre Chiquito será, para o futuro, o grande pretexto cimentador destas jornadas de festa e de luta. "O povo que enchia o cemitério assistiu respeitosamente a este simpático tributo de gratidão, para com o grande socialista que, além da campa, ampara com o seu óbulo valioso a velhice do operário, salvando-o das garras da mendicidade"⁴⁴.

O 1.º de Maio nascera como dia de luta, de protesto, de reivindicação; dia de greve internacional pelas almejadas oito horas de trabalho, mas adquiriu, igualmente, um carácter festivo com os seus cortejos cívicos compostos de luzidios carros alegóricos, bandas de música, janelas angalanadas, flores juncando as ruas do desfile e violetas, muitas violetas. "Era enorme a multidão que se apinhava nas ruas para ver passar o cortejo, vendo-se igualmente as janelas repletas de damas que, com as suas "toilettes" primaveris, davam à festa operária uma nota muito alegre. De algumas janelas pendiam colchas de Damasco. (...) Perto das oito horas da noite, as bandas que tomaram parte no cortejo, reunidas, executaram o hino 1.º de Maio, em "marche aux flambeaux", até ao Passeio da Rainha"⁴⁵.

E discursava-se — segundo os jornais da época, estes artistas possuíam valiosos dotes de oradores — e nos discursos espelhavam as suas

44 — Cfr. "Correio da Extremadura", 5 de Maio de 1900.

45 — Cfr. "Correio da Extremadura", 5 de Maio de 1900. O Passeio da Rainha é o actual Jardim da República.

preocupações: Santarém, era forçoso, teria também a sua Associação de Classes e construiria "escolas para instrução dos filhos do povo". O líder local, João Alexandre, pintor da construção civil, correspondente do jornal "A Obra", afiançava no 1.º de Maio de 1900 que "em breve se iniciariam reuniões preparatórias para tal fim".

E assim aconteceu na verdade: em Maio de 1902 inaugura-se a Associação de Classes Reunidas (Instrutiva e Beneficiadora) Francisco Nunes da Silva, com sede na Travessa das Burriqueiras (actual Travessa da Hera)⁴⁶. A Associação, a primeira que na cidade traduzia uma verdadeira consciência de classe, contou com um elevado número de aderências "pois que em Santarém não havia um único operário que fosse associado"⁴⁷.

Por este tempo, degladiavam-se, no seio do movimento socialista português, duas facções: possibilistas e marxistas. Estava em causa (entre outras questões doutrinárias) saber que carácter se deveria imprimir ao 1.º de Maio. Aqueles queriam que fosse uma espécie de festa popular, com passeios pelos campos como se fossem romarias, enquanto que estes queriam um cortejo cívico a reivindicar o dia de oito horas⁴⁸.

Por cá, em sintonia com as posições de "A Obra", a Associação gritava, com veemência mas sem êxito: "Companheiros, este dia não é fes-

46 — Ficamos a dever ao Sr. Joaquim Serrão a informação de que a Travessa das Burriqueiras é a actual Travessa da Hera.

47 — Foram sócios fundadores da Associação, os operários: Manuel Maria da Piedade e Silva, tipógrafo, Presidente; João Maria Marques, alfalate; João Alexandre, pintor; José Perelra da Silva; Ricardo Maria da Silva; Arthur dos Santos Carvalho; Guilherme Bernardino.

Cfr. "A Obra", 26 de Abril de 1902. Este periódico iniciou a publicação em 1891 com 6 números. Apresentava-se como órgão dos carpinteiros da construção civil e defendia o Ideal socialista. Retomou o n.º 7 em 1895 e publica-se até 1906, como órgão dos carpinteiros e do operariado em geral. Nesta fase, combate o socialismo organizado e defende o anarquismo.

48 — Cfr. César Oliveira, *O Socialismo em Portugal (1850-1900)*. Porto, Afrontamento, 1973, pp. 178 e 179. "É certo que em Portugal, se deu à manifestação Internacional dos trabalhadores um carácter festivo, com a organização em diversas localidades de imponentes cortejos cívicos, mas esta forma de comemorar o 1.º de Maio, que os socialistas julgaram uma necessidade, nunca quis dizer que a manifestação devia ser festiva e não revolucionária. (...) a organização de cortejos em Lisboa, no Porto, em Tomar e em outras localidades eram uma consequência do nosso acanhado meio operário, que era assim obrigado a abandonar o trabalho para ir à festa" ("O Combate", 1 de Maio de 1915).

la Associação
nos do povo".
correspondente
ue "em breve

ura-se a Asso-
ancisco Nunes
l Travessa da
ma verdadeira
de aderências
io que fosse

socialista por-
n causa (entre
ia imprimir ao
festa popular,
enquanto que
oito horas⁴⁸.

associação gri-
dia não é fes-

ueiras é a actual Tra-

Silva, tipógrafo, Presi-
Maria da Silva; Arthur

números. Apresentava-
mou o n.º 7 em 1895
combate o socialismo

173, pp. 178 e 179. "É
festivo, com a organi-
amorar o 1.º de Maio,
ser festiva e não revo-
localidades eram uma
abalho para ir à festa"



Foto n.º 10 Lápide de 1918 que identifica a casa onde faleceu Nunes da Silva, na Rua Serpa Pinto.



Foto n.º 11 Mausoléu do P.º Francisco Nunes da Silva, no Cemitério dos Capuchos. (1874).

tivo, mas sim um dia de protesto por não possuímos o que de justiça nos pertence"⁴⁹.

Os anos que precedem a revolução republicana e os que se lhe seguem são de quase total silenciamento do movimento operário scalabiano. O "Correio da Extremadura", em 1912, chega a censurar duramente a ausência de comemorações do 1.º de Maio e a verberar a ingratidão "pelo bem que esse grande socialista espargiu". O próprio mausoléu dos Capuchos era vítima de esquecimento e de abandono, estando desprezado, sujo e ... sem flores. De Lisboa, vinha o recado (mais uma vez de "A Obra"): "Nada sabemos da Associação de Ofícios há vários anos fundada (...) É necessário que os operários de Santarém não se lembrem de união só no 1.º de Maio, mas trabalhem por ela todo o ano dentro da Associação de Classe"⁵⁰.

O ano de 1915 parece marcar uma inflexão nesta tendência, (pelo desencanto operário face às promessas republicanas?) com a fundação da Associação Fraternidade Operária⁵¹. Uma nova geração de dirigentes, onde pontificam o correeiro José Duarte Arruda, o fotógrafo Carlos Gomes e Antonino Pires da Silva, retoma a tradição, germinada nos finais do século: "Comemorar a obra generosa do grande socialista" através de iniciativas que materialmente não pudessem ser olvidadas — retrato do Padre Chiquito colocado com solenidade na sala nobre da Associação (1916); retrato no seu mausoléu (1917); lápide na casa em que habitou (1918); busto, em pedra, no largo fronteiro à Sede (1919)⁵².

A "verdadeira apoteose"⁵³ que se viveu nesse 1.º de Maio de 1919 (meio século sobre a sua morte) é bem o ponto alto da mitificação do Padre Chiquito, nesta exemplar apropriação e construção social da memória.

49 — Cfr. "A Obra", 26 de Abril de 1902.

50 — Cfr. "A Obra", 30 de Abril de 1904.

51 — Grémio Recreativo Operário, a partir de 1923. Actualmente, Sociedade Recreativa Operária. Os primeiros dirigentes da A.F.O. foram: José Duarte Arruda; Antonino Pires da Silva; Francisco Lourenço Martins; João Pedro Monteiro; Carlos Gomes; Manuel Pereira da Gula e Manoel Pinto.

52 — Antigo Largo Passos Manuel, actual Largo Padre Francisco Nunes da Silva.

53 — Cfr. "O Debate", 8 de Maio de 1919.

Os operários, neste Maio memorável, tinham bons motivos para comemorarem a "Páscoa da religião socialista"⁵⁴ com inusitada euforia. É que o Democrata Domingos Pereira⁵⁵ escolhera para Ministro do Trabalho um operário do Partido Socialista, Augusto Dias da Silva, o qual nos escasos três meses que durou o Gabinete ainda teve tempo para lançar a primeira pedra do Bairro Social do Arco do Cego (ainda hoje existente)⁵⁶; estabelecer a obrigatoriedade do seguro social (em caso de acidente, doença, velhice, etc.) e fazer promulgar oficialmente as oito horas de trabalho⁵⁷.

Nesse primeiro de Maio de 1919, enquanto em Lisboa, no Parque Eduardo VII, cerca de trinta mil operários ouviam os seus dirigentes denunciarem "o procedimento dos açambarcadores, aos quais se deve uma das principais consequências do excessivo acréscimo do custo de vida"⁵⁸, em Santarém, o Ministro do Trabalho inaugurava, num banho de multidão, o monumento ao Padre Francisco Nunes da Silva. O acto haveria de merecer honras de notícia e "cliché" na Revista "Ilustração Portuguesa"⁵⁹.

54 — Cfr. "Gazeta Santarena", Maio 1917.

55 — O Gabinete de Domingos Pereira foi o vigésimo desde a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910. Esteve em funções de 30 de Março de 1919 a 29 de Junho de 1919. O Ministro socialista, Augusto Dias da Silva, demitiu-se em 3 de Junho por não se solidarizar com as medidas repressivas do Ministro da Guerra, António Maria Baptista, que ordenara a prisão de alguns grevistas da Companhia das Águas. O Presidente da República era, então, o Almirante Canto e Castro (Dezembro de 1918 a Agosto de 1919). Cfr. A.H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa, para uma visão estrutural*, Lisboa, Livros Horizonte, 1970, pp. 183 a 185; e Damião Peres, *História de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, Suplemento, 1954, p. 239.

56 — Cfr. "Ilustração Portuguesa", 12 de Maio de 1919.

57 — "Em 1919, decretou-se a semana de 48 horas para a maioria dos trabalhadores e logistas, e a de 42 horas para os empregados bancários e de escritório. Estabeleceu-se também a obrigatoriedade do seguro social (em casos de acidente, doença, velhice, etc.) e um Instituto de Seguros Sociais. Ao mesmo tempo, dava-se início à construção de bairros operários por conta do Estado" (A.H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, 58). O decreto n.º 5516, de Maio de 1919, promulgava oficialmente as 48 horas de trabalho em Portugal. Cfr. José Pacheco Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida*, Porto, Portucalense Editora, 1917, pp. 151 a 155.

58 — Multo embora o Governo de Domingos Pereira se tivesse empenhado na resolução dos problemas económicos e sociais, não conseguiu estancar o crescente descontentamento operário. "(...) o persistente desacordo entre o nível dos salários e o do custo de vida, longe de resolver-se mediante acordos, a cada passo gerava o conflito de classes, num multiplicar de greves, crescentes em gravidade e criadoras de condições propícias às acções subversivas" (Damião Peres, *ob. cit.*, p. 236).

59 — Cfr. "Ilustração Portuguesa", 19 de Maio de 1919.



Foto n.º 12 Inauguração de um Bairro operário em Lisboa.
Presentes na cerimónia o Presidente da República, Canto e Castro e o Ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva.
("Ilustração Portuguesa", 1919)



Fundadores da Associação Fraternidade Operária
1915-1916

o Director

Foto n.º 13 Fundadores da Associação Fraternidade Operária (1915)
(Fotografia da Sociedade Recreativa Operária).

(Cliché A. Franco).

Homenagem ao padre Francisco Nunes da Silva. — A cidade de Santarem prestou uma homenagem condigna ao padre Francisco José da Silva, grande benemerito da mesma cidade e desvelado protetor das classes operarias, erigindo-lhe um monumento. A inauguração que coincidiu com o 1.º de Maio, assistiram todas as classes sociais da cidade, tendo ido de Lisboa o ministro do trabalho, sr. Dias da Silva, associar-se igualmente ao preito de homenagem tributada ao grande cidadão.



Realizou-se um luzido cortejo em que figuraram varios carros alegoricos até ao cemiterio onde estão os restos do padre Nunes da Silva, juncando-lhe o mausoleu de filôres. Foi uma festa civica que

multo enaltece os sentimentos patrioticos dos habitantes de Santarem, que sabem prestar o merecido tributo aos seus concidadãos que em vida, pelos seus trabalhos e virtudes, conquistaram o respeito de todos.

Um aspecto da assistencia á Inauguração do monumento ao padre Francisco Nunes da Silva, em Santarem.

(Cliché do distinto emador sr. João Penin, de Santarem.)

Foto n.º 14 Inauguração do busto do P.^{de} Chiquito, pelo Ministro do Trabalho. ("Ilustração Portuguesa", 1919).

Daqui até ao fim do 1.º ciclo republicano, a festa operária encena o seu ritual anual, enriquece-se com gestos novos, utiliza novas linguagens, fixa um modelo de culto: foguetes e flores; música e desfiles; roupas domingueiras; bazares e bailes nocturnos. Mas há também lugar para coisas mais carregadas de "seriedade": os discursos vibrantes e pedagógicos, as palestras, as récitas, os versos do poeta Salazar Moscozo⁶⁰, a venda do retrato e do testamento, o bôdo aos pobres...

Para diante, é já a história do silêncio e da resistência — como lembra J. A. Pires: "Com a entrada do então Estado Novo, tais festas do 1.º de Maio foram proibidas, limitando-se durante largos anos os associados da referida sociedade operária a comemorarem a data com concentração e deposição de flores no mausoléu do Cemitério dos Capuchos"⁶¹.

5. Socialista ou apenas um Padre... que o soube ser?

No início, colocámos um problema, depois explorámos caminhos que nos transportassem às soluções. Agora, ensaiaremos uma síntese — necessariamente provisória, irremediavelmente subjectiva.

Agarrar uma figura para, através dela, tentar ler um tempo e captar um movimento colectivo, terá de ser muito mais do que o desenho de um retrato individual, a biografia pela biografia.

Noutro lugar, noutras circunstâncias, a metodologia a seguir surge clara: "É essencial que (...) conheçamos melhor a individualidade dos homens mais importantes, não tanto para fazer deles uma história pessoal, mas para — através do conhecimento da sua origem e inserção

60 — Bartolomeu Salazar Moscozo, doutor e poeta. Nasceu, no Algarve, em 9 de Janeiro de 1856 e morreu, em Santarém, a 20 de Outubro de 1933. Republicano convicto, exerceu o cargo de Ajudante do Registo Predial e leccionou graciosamente cursos nocturnos para operários. Dedicou diversos poemas ao Padre Chiquito. Morrendo pobre, um grupo de amigos, de que fez parte o Sr. Joaquim Serrão, encarregou-se do funeral e da compra de uma lápide tumular que reproduz um dos seus últimos sonetos.

61 — Cfr. "O Correio do Ribatejo", 27 de Abril de 1984.

social, do seu estatuto cultural e profissional, da sua acção política e da sua evolução, coerente e contraditória — podermos realizar de forma mais segura uma história sócio-política”⁶².

Quando partimos em busca desta sedutora personagem, adivinhámos obstáculos intransponíveis: como confirmar a eloquência oral “palavra encantadora, águia do púlpito, uma das figuras mais insinuantes da eloquência sagrada”⁶³ É que, ao contrário de outros que, em Santarém, fizeram História: Sá da Bandeira, Passos Manuel, Garrett, Herculano, Guilherme de Azevedo ou Oliveira Marreca, Nunes da Silva não lograra obter projecção nacional — não editara obra, não colaborara na Imprensa, não deixara memórias ou sequer correspondência. Do seu punho, com a letra miudinha, apenas o formulário seco e profissional dos Livros de Baptizados, Casamentos e Óbitos.

Procurámos, na irregular Imprensa de Santarém dos anos cinquenta e sessenta, do século passado, uma pista, um indício, uma breve referência que fosse. Em vão. Afinal tinha bastado a força da sua imagem e dos seus actos para que, de geração em geração, sobrevivesse ao esquecimento. Durante quase trinta anos (de 1869 a 1898), a consciência colectiva manteve a identificação do vulto notável, cujos restos mortais repousavam ao lado de outros notáveis: do soldado Sá da Bandeira, do tribuno Passos Manuel, do Barão de Almeirim⁶⁴.

Os contornos não se tinham esbatido e estavam prontos a ser utilizados quando uma geração, um grupo social, deles precisasse. Por isso, quando em 1898, o operariado de Santarém salta para o palco da História, a bandeira lá estava, pronta a desfaldar, a favor dos pobres, ofendidos e oprimidos.

Além de Padre exemplar, digno sacerdote, puro e virtuoso Prior, bondoso homem, benemérito cidadão, ele fora afinal, e acima de tudo, o

62 — Cfr. Reis Torgal e Isabel Vargues, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984, p. 8.

63 — Cfr. “O Debate”, 17 de Setembro de 1908.

64 — Cfr. “Correio da Extremadura”, 24 de Abril de 1897.

grande amigo do operariado, o verdadeiro cristão, o "socialista sublime": "Num simples papel, que é o Testamento (deixáste) bem firmado o princípio socialista (...) foste sublime na tua ideia, porque com ela produziste, na sua realização mais prática e mais proveitosamente benéfica, o grande princípio do socialismo (...) superior às declamações tantas vezes estéreis dos filósofos e dos pensadores"⁶⁵.

A nóvel classe social estava carente de uma História, de uma tradição, de uma memória que cimentasse uma consciência própria: "Em Santarém, esta cidade histórica, por modo nenhum se deve colocar abaixo de outra em questões do movimento operário, essa numerosa legião que tudo produz e nada possui"⁶⁶.

Para que uma nova sociologia se impõnha, não bastam os ideais, os conceitos, as abstracções, é forçoso alimentá-la com líderes, com heróis, com mártires de carne e osso — uma nova hagiografia.

Ora, a pureza e a bondade do Padre Chiquito gasavam-se na perfeição com as "origens" que a classe proletária buscava para si; e a mensagem redentora de um futuro radioso revia-se num exemplo prático, concreto, de um gesto: "Se este benemérito não tivesse esta ideia sentimental, muitos ao chegarem à velhice teriam que estender a mão à caridade pública, porque é esta a última recompensa da burguesia. Portanto, companheiros, é de grandíssima utilidade a fundação da Associação, cujos intuitos são (...) a defesa da nossa causa e um útil trabalho para a sociedade nova: os nossos filhos"⁶⁷.

Apenas surgia uma contradição neste cenário — a condição eclesiástica do patrono. A solução já a sabemos: fazer contrastar o verdadeiro cristianismo deste amigo dos pobres, com a insensibilidade social dos demais.

Temos que admitir que esta operação estava, à partida, facilitada —

65 — Cfr. "Correio da Extremadura", Maio de 1917.

66 — Cfr. "O Debate", 2 de Maio de 1918.

67 — Cfr. "O Obra", 5 de Abril de 1902.

A Farça An. 1 p. 2
 N.º 5
 Coimbra, 16 de Março de 1910
Certos balandraus



Ó sôr reverendo: é uma cruz ou um punhal?...

(Quilô em Francisco de Sá)

Foto n.º 15 Caricatura ilustrativa da desconfiança operária para com os Círculos Católicos do Operário — Ó sôr reverendo, é uma cruz ou um punhal?... ("A Farça", 1910).



Foto n.º 16 Largo P. de Francisco Nunes da Silva. O busto do patrono e a Sede dos que lhe deram vida mutuamente se contemplam. Assim, tão juntos, não é possível esquecer...

a Igreja, como Pio XI haveria de admitir⁶⁸, perdera irremediavelmente a classe operária. "Tratando-se de tão justa homenagem a um benemérito sacerdote que à sua fortuna soube dar o mais caridoso e cristão destino, nem um padre, havendo tantos em Santarém, se dignou comparecer, votando assim ao máximo desprezo a memória de tão bondoso colega"⁶⁹.

O sindicalismo católico anti-socialista (da década de noventa à implantação da República), cujo instrumento privilegiado foi o Círculo Católico de Operários, fracassará⁷⁰. "Os seus mentores combatiam (...) um mau combate; e sem discernimento, ao não reconhecerem no socialismo (...) como escreveu o Padre Paulino Afonso "um protesto de justiça contra as brutalidades de que os pequenos, os fracos, os pobres são objecto"⁷¹.

Depois, com a revolução republicana, esta situação agravar-se-ia: nesta fase a Igreja, hostilizada e perseguida, preocupava-se mais com os efeitos da laicização do Estado, dando maior prioridade à intervenção política do que à intervenção social⁷². Estava consumado o divórcio.

Contudo, mais do que à "ausência" da Igreja, é à "ausência" do Estado que teremos de ir buscar o sucesso da filantropia do nosso Pároco, entre os desprotegidos. Porque foi o individualismo económico liberal a fonte da opressão.

68 — Cfr. Jacques Maritain, *Christianisme et Démocratie*, New York, Editions de la Maison Française, 1943, p. 34, nt. 1, cit. in J. F. de Almeida Policarpo "Os Círculos Católicos de Operários — sentido e fontes de inspiração" in "Cultura", vol. V, 1986, p. 372.

69 — Cfr. "O Debate", 2 de Maio de 1918.

70 — "Os círculos católicos de operários foram uma experiência fracassada. A sua existência e acção contribuíram, no entanto, para acordar os católicos portugueses para a questão social. Mas não para uma visão exacta desta: não se teve a consciência, com efeito, de que se não devia confundir o bem religioso com o bem social. Quer dizer, ignorou-se ou não se compreendeu devidamente o valor das associações profissionais. Os mentores dos círculos católicos de operários bem poderiam penitenciar-se como fez em Espanha o padre António Vicent, pouco antes de falecer, em 1912, ao exclamar: "Hemos fracassado". (J. F. de Almeida Policarpo, "Os Círculos Católicos de Operários...", p. 384).

71 — Cfr. Padre Paulino Afonso *Considerações acerca do socialismo*, in "A Palavra", n.º 85 de 19-9-1902, ano XXXI, p. 1.

72 — "Sempre que a questão religiosa se sobrepôs, pela sua importância e urgência de solução, à questão social, como aconteceu na primeira e na última fase, com a hostilidade liberal e republicana para com a Igreja, os católicos preferiram a intervenção directa no político, em detrimento do social, disputando o poder político do Estado, apontado como o centro decisional por excelência, o único a partir do qual seria possível inflectir o rumo dos acontecimentos" (M. Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 38).

Ao criar a figura jurídica do cidadão, a filosofia política liberal revolucionou uma sociedade de súbditos. A uma sociedade organizada secularmente em corpos orgânicos (as Ordens ou Estados), sucederá uma sociedade atomizada em indivíduos livres e iguais em direitos. Só que, confiando cegamente nas leis do mercado, criou novas e poderosas desigualdades. Abolindo a corporação medieval e proibindo a associação profissional (quer de patrões, quer de assalariados), deixou o mais fraco na dependência do mais forte. Demitindo-se, neutralizando-se, remetendo-se à passiva situação de Estado-Polícia, permitiu que a democracia política formal mal escondesse a ausência de democracia social.

O capitalismo selvagem do séc. XIX, fustigado pelos defeitos da sua organização social e económica, perdera a legitimidade moral e histórica que conquistara em 1789. Os originários intuits revolucionários, consubstanciados no triplo lema de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, falhavam rotundamente: "Não há muitos dias que eu vi, estendendo a mão à caridade, rodeada de dois filhos, uma viúva de um nosso companheiro, falecido há pouco. (...) Quanta dor não deve sofrer uma Mãe, a quem os filhinhos podem pão e não tem para lhes dar. Deve ser doloroso.

Ah! que sociedade tão infame!"⁷³.

Já demasiado tarde, quando o movimento operário estava conquistado para as ideias da revolução social, o Estado Liberal, timidamente, daria os primeiros passos na "legislação social" — só em 1891 se publicaria o decreto contendo o estatuto das associações de classes. "Este desfazamento entre o Direito e os factos sociais reais torna-se compreensível se pensarmos (...) na circunstância de o Estado até 1916 não possuir, na sua orgânica, órgãos administrativos próprios através dos quais exercesse o poder público"⁷⁴.

A "socialização" da imagem do Prior de S. Julião parece estar agora desvendada: ela não terá sido mais do que a circunstância histórica de uma classe oprimida, achando-se duplamente abandonada (pela Igreja e

73 — Cfr. "A Obra", 5 de Abril de 1902.

74 — Cfr. J. F. de Almeida Policarpo, *O Pensamento Social...*, pp. 86 e 87.

pelo Estado), ter buscado num Homem Bom a ajuda material e o conforto espiritual.

Socialista, o Padre Chiquito? Não. Apenas um cristão que o soube ser, sensível aos "sinais dos tempos".